

01

Ata

Reunião Ordinária – Ata nº 08/2013

Data – 2013-04-15

Início – 14.35 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 17.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta: Não esteve presente o vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 12-04-2013:

a) Dotações Orçamentais €3.990.769,42
b) Dotações não Orçamentais €44.703,72

Total das Disponibilidades €4.035.473,14



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta e cinco minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

C1
Ata

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 51 - A Presidente da Câmara, na senda do proposto no ponto 06 da ordem de trabalhos da presente reunião, no sentido de se delegarem de competências na Junta Freguesia de Rossio Sul do Tejo, submeteu à aprovação da Câmara Municipal a minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Abrantes, a referida Junta de Freguesia e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), relativamente à construção e cedência das instalações da Unidade de Saúde de Rossio ao Sul do Tejo.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 52 - Submeteu também para aprovação, a minuta do protocolo de colaboração, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., com vista à cedência de um edifício municipal, sito na Rua Nossa Senhora da Conceição, freguesia de S. João, Abrantes, para funcionamento da Nova Unidade de Saúde de Abrantes.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 53 - A Presidente da Câmara submeteu à consideração do órgão executivo a celebração de protocolo entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), o Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo (ACES do Médio Tejo) e o Município de Abrantes, em ordem à criação efetiva de Unidade de Saúde Familiar em Abrantes, cabendo ao município a atribuição de um incentivo financeiro aos médicos que se radiquem no concelho para integrar a Unidade de Saúde Familiar, pelo período mínimo de 2 anos, por, no âmbito do protocolo, considerar medida fundamental e necessária na atual fase, antes de atingir o patamar de modelo B.

21
C1

Propôs igualmente a aprovação por parte da Câmara Municipal e a sujeição à aprovação da Assembleia Municipal de um Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos, que regula a concessão de apoios financeiros aos médicos que prestem serviços clínicos no concelho de Abrantes, durante um período mínimo de 2 anos, no quadro da criação de Unidade de Saúde Familiar regulada pelo protocolo anteriormente referido, a celebrar entre a ARSLVT, o ACES Médio Tejo e o Município de Abrantes, decorrendo diretamente deste a concessão dos incentivos que se pertente regulamentar.

Sobre o regulamento, a Presidente da Câmara aproveitou para esclarecer que os seus termos foram revistos e validados pelo Dr. António Rebordão Montalvo, consultor jurídico externo, e que o mesmo prevê a atribuição do montante anual de 9.000€, por médico, a ser transferido até 31 de janeiro de cada ano, de forma individual, desde que permaneça em funções na USF durante o período mínimo de dois anos. - 117447

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovados os termos do protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura, bem como o Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos.

À Assembleia Municipal para aprovação.



Nº 54 – Em seguida, submeteu à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 2.000€ à Junta de Freguesia de São Vicente para apoio nas despesas com a realização do XIV Grande Prémio Atletismo Cidade de Abrantes, no próximo dia 25 de abril, bem como a disponibilização, a título gratuito de ambulância dos Bombeiros Municipais, com respetiva tripulação, no valor previsto de 130€. - 114474

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a atribuição de um subsídio no valor de 2.000€ à Junta de Freguesia de São Vicente, bem como a disponibilização, a título gratuito de ambulância dos Bombeiros Municipais, com respetiva tripulação, no valor previsto de 130€.



Nº 55 – Depois, a Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 2.000€, bem como o apoio humano e logístico às atividades previstas, à AJAF – Associação Juventude Ação no Futuro, para a realização do "IX Encontro Municipal de Associações de

Ata da reunião de 15 de abril de 2013

CA
C

Juventude", que irá decorrer no dia 20 de Abril de 2013, mediante a celebração de protocolo, submetendo a minuta do mesmo igualmente à aprovação. – 115216

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a atribuição de um subsídio no valor de 2.000€ e todo o apoio humano e logístico às atividades previstas, à AJAF – Associação Juventude Ação no Futuro, para a realização do "IX Encontro Municipal de Associações de Juventude", bem como a minuta do protocolo a celebrar para o efeito, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura.



Nº 56 – Apresentou para aprovação, o parecer prévio vinculativo com vista à instrução do processo de aquisição de serviços para a revisão das alterações ao Projeto de Construção do Mercado Municipal de Abrantes – Fase Projeto de execução - 116881

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por maioria com a abstenção dos vereadores Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovado o parecer prévio vinculativo com vista à aquisição de serviços para a revisão das alterações ao Projeto de Construção do Mercado Municipal de Abrantes – Fase Projeto de Execução.



Em seguida, deu conta do ponto de situação do plano de investimentos relativo ao contrato de saneamento Abrantaqua.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conhecimento da aceitação de condicionantes pré-contratuais no âmbito da candidatura do Proder relativa à Medida Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o apoio no valor de 548.800,43€ (quinhentos e quarenta e oito mil oitocentos euros e quarenta e três centimos.

Tomado conhecimento.

Al
Cil

Depois, deu conhecimento de que, conforme já é notícia na comunicação social, na sequência de declarações prestadas pelo Chefe do Estado Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, prevê-se a transferência da Escola Prática de Cavalaria passando para Mafra, à semelhança do que se prevê também para a Escola Prática de Engenharia de Tancos, em Vila Nova da Barquinha. Ao mesmo tempo aponta-se para que seja instalada em Abrantes, no mesmo local, uma Unidade Polivalente.

Tomado conhecimento.

Os vereadores tinham preparado um pedido de esclarecimentos sobre este assunto, que aproveitaram para apresentar. Consideraram o mesmo respondido face ao referido anteriormente pela Presidente da Câmara.



Deu conhecimento de um e-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses que remete informação da AMA – Agência para a Modernização Administrativa relativa à entrada em vigor da iniciativa Licenciamento e do Balcão do Empreendedor, em tudo o que dependa da atuação daquela agência, em 2 de maio de 2013 - 115991

Disse que seria endereçado à AMA um pedido de informação, na medida em que a Câmara Municipal, pese embora seja um município piloto, desconhece, neste momento, o andamento do projeto e ainda não fez qualquer teste ao funcionamento do Balcão do Empreendedor, contrariamente ao expectável.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conta que foi atribuído ao CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, a certificação excelência no âmbito da norma europeia EQUASS.

Referiu que se trata do justo reconhecimento do trabalho, esforço e dedicação, de todos quantos desde sempre, têm colocado o melhor de si ao serviço da comunidade abrantina.

Tomado conhecimento e endereçar felicitações à Direção do CRIA e a todos os seus colaboradores.



Mostrou um artigo publicado na Revista Invest – Negócios, Política e Desenvolvimento Regional, no qual vem mencionado um conjunto de empresas do concelho, que fazem parte das 25 melhores do Distrito de Santarém.

Tomado conhecimento.

Al
Cal

A Presidente da Câmara deu conta de um e-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que se encontram disponíveis no sítio da ANMP na internet (www.anmp.pt), as missivas enviados por aquela Associação a sua excelência o Presidente da República, relativas à proposta de Lei nº 104/XXI, que estabelece o regime jurídico da transferência de competências do estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. - 115183

Tomado conhecimento.



Disse que o dia de Arma da Escola Prática de Cavalaria será celebrado na próxima 4ª feira, dia 17 de abril, e decorrerão um conjunto de iniciativas culturais e desportivas que contam também com o apoio de câmara.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conta da assinatura de alguns protocolos entre a autarquia e outras instituições, nomeadamente:

- Protocolo com Banda Filarmónica de Rio de Moinhos com vista à cedência da antiga Escola de Rio de Moinhos - 16 de abril;
- Protocolo com a Liga dos Amigos do Hospital de Abrantes para fazer face às obras necessárias para dotar aquela unidade hospitalar de melhores condições - 17 de abril;
- Protocolo com a Associação da Encosta da Barata para a gestão do espaço público municipal na Encosta da Barata - 17 de abril;
- Protocolo com a Associação Juvenil Cres.Ser para a cedência da antiga Escola da Abrançalha;
- Contratos-programa com várias associações juvenis no Souto, no âmbito das Jornadas da Juventude - 20 de abril.

Tomado conhecimento.



Por fim, deu conta da realização da Assembleia Municipal extraordinária alusiva ao dia 25 de abril, pelas 16 horas, na Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, bem como da realização da sessão ordinária no dia 26 de abril, pelas 20 horas, na Escola Superior Tecnologia de Abrantes.

Tomado conhecimento.

CS
C&S

VEREADOR RUI SERRANO

O vereador Rui Serrano começou por fazer um ponto de situação sobre o processo de licenciamento de demolição (parcial) de edificações na Rua D. Miguel de Almeida Joaquim José Simões Ribeiro, referindo o que consta da informação de 15 de abril de 2013 do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo sobre o PG 19129/2012:97814, a saber:

"1. O licenciamento das obras de demolição que decorre pelo processo identificado em epígrafe, foi deferido por despacho de 25.03.2013, havendo sido recebida a respetiva notificação no dia seguinte, 26.03.2013.

2. Confrontado posteriormente o Sr. Dr. Joaquim Ribeiro, solicitando-lhe esclarecimentos sobre as razões pelas quais não havia ainda requerido a emissão do competente alvará, alegou o mesmo que aguardava resposta de um pedido (que havia formalizado) do cadastro das infra-estruturas públicas existentes na área de influência da intervenção.

3. Para a satisfação desse pedido, houve que recolher informação e solicitar algumas diligências aos SMA e Abrantaqua; foram, contudo, disponibilizados os elementos solicitados na data de 04.04.2013 (Ofício 2816); concretamente, os cadastros das redes públicas de Águas Residuais (Domésticas e Pluviais) e de Abastecimento de Água.

4. Recorde-se que, quanto às infra-estruturas telefónicas e às infra-estruturas elétricas (iluminação pública), as mesmas haviam já sido alvo de intervenção, por solicitação do município, de modo a em nada comprometer a execução dos trabalhos de demolição.

5. Até à presente data, o promotor não efetuou a instrução do requerimento para a emissão do Alvará de Licença, faltando ainda entregar os seguintes elementos:

- a) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;*
- b) Livro de obra, com menção do termo de abertura;*
- c) Comprovativo da integração no quadro de pessoal da empresa responsável pela execução da obra, se for o caso, através da declaração de remunerações entregue na segurança social, referente ao último mês, ou comprovativo da integração no quadro técnico da empresa responsável pela execução da obra, se for o caso, devidamente comunicado à entidade com competência para a concessão de alvará para o exercício da atividade de construção, através de declaração emitida por essa entidade em documento escrito ou em formato eletrónico fidedigno.*

Sublinha-se que o promotor reuniu com o Sr. Vereador Rui Serrano no início da passada semana, havendo-se comprometido a requerer a emissão do alvará e a apresentar os elementos ainda em falta até ao final da semana, o que não sucedeu.

Registando-se já o expirar dos prazos concedidos pelo município para a execução dos trabalhos de maior urgência e para o início dos restantes trabalhos, os procedimentos consequentes assumir-se-ão na aplicação de sanções, através de instauração de processo da contra-ordenação prevista na alínea s) do nº 1 do Artigo 98º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) e na implementação das medidas de tutela da legalidade urbanística igualmente previstas por esse RJUE: posse administrativa dos imóveis e execução coerciva das obras de demolição."

Tomado conhecimento.

21
07

O vereador Rui Serrano fez referência ao facto de terem sido distribuídos de contentores para recolha de resíduos sólidos, de capacidade mais reduzida que os normais, nalguns locais do Centro Histórico de Abrantes, no âmbito do projeto "Usar Bem é Ter Mais Rua".

Tomado conhecimento.



Nº 58 – Apresentou a informação nº 73 do STTP – Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 12 de abril de 2013, relativamente a alterações ao Regulamento de Estacionamento de Veículos no Centro Histórico da Cidade de Abrantes e à Postura de Trânsito de Veículos na Cidade de Abrantes. - 105272

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovadas as referidas alterações, nos termos e com os fundamentos da citada informação nº 73 do STTP – Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, que se dá por transcrita.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

Deu conta que o Conselho Municipal de Educação de Abrantes, reunido no dia 10 de abril de 2013, preocupado com os constrangimentos que as provas finais de 4º ano podem vir a trazer, deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

"O Conselho Municipal de Educação de Abrantes, tendo em conta o modelo adotado para a realização das provas finais do 4º ano, preocupado com o bem-estar de todos os seus alunos e alunas, alerta para o seguinte:

- Os alunos que vão fazer as provas, vão ter de se deslocar para uma escola que não é a deles;
- Estes alunos vão ter de sair de suas casas muito cedo (alguns às 7h00), tendo em conta que são transportados da sua localidade para a localidade onde se situa o seu centro escolar e depois deste para a escola onde vão fazer os exames. Alguns destes alunos moram a mais de 30 km da escola onde vão fazer o exame;
- Esta alteração nos transportes escolares afeta não só os alunos que vão realizar os exames, mas todos os outros, de 1º ciclo e pré-escolar, pois transportam-se em grupo;
- O Conselho Municipal de Educação de Abrantes está muito preocupado com esta situação e coloca em causa não só a validade, como a utilidade da substituição das provas de aferição por estes exames, questionando quais os benefícios e vantagens que esta alteração vem trazer para os alunos;

2
C

- Considera, ainda, que parece que andámos 40 anos para trás, em que os alunos das diferentes freguesias vinham fazer exames à cidade, chegavam à escola a tremer e nada corria bem;
- O Conselho Municipal de Educação de Abrantes manifesta, também, preocupação quanto ao modo como está a ser preparada a aplicação destas provas, não só quanto aos constrangimentos dos alunos do 4º ano, mas também aos alunos dos outros anos de escolaridade, pela necessária adaptação a ser feita para que as atividades letivas não afetem os restantes alunos das turmas;
- Também a atividade dos docentes e não docentes irá ser muito alterada nestas datas;
- Os exames assim definidos, vão parar muitas escolas, dos outros ciclos de ensino, pois os professores não podem vigiar provas e dar aulas ao mesmo tempo;
- Estes exames são feitos em pleno período letivo (7 e 10 de maio), pelo que os alunos dos outros ciclos de ensino, que também vão ter provas no final do ano, não têm aulas nestes dias, refletindo-se isso numa perda de aprendizagem para os mesmos."

Disse que o parecer foi enviado às seguintes entidades:

- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Júri Nacional de Exames;
- Conselho Nacional de Educação.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos informou sobre a realização das Jornadas da Juventude, Emprego e Empreendedorismo, a levar a efeito em vários locais da cidade de Abrantes, de 17 a 20 de abril de 2013.

Tomado conhecimento.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho, em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, apresentou a seguinte declaração sobre "RPP Solar – Pagamento e Autor do Protocolo":

Na reunião da câmara de 22 de Outubro de 2012, a senhora presidente pediu-nos para aprovar uma alteração ao protocolo celebrado com a RPP Solar, uma vez que, da sua aprovação pela Assembleia Municipal de 18 de Dezembro de 2012, dependia o pagamento imediato do promotor de todos os encargos que a câmara suportou com a aquisição do terreno. Face à forma como a questão nos foi colocada, não pudemos

Ata da reunião de 15 de abril de 2013

deixar de aprovar a referida alteração e por duas ordens de razão: em primeiro lugar, para não sermos acusados de querer impedir o Município de recuperar o dinheiro que a Câmara gastou com a aquisição do terreno; em segundo lugar, porque acreditávamos que a senhora presidente já não iria ter cara para propor nova prorrogação do prazo se o promotor voltasse a falhar, como era óbvio que ia falhar. Acontece que, como era previsível, o pagamento não só não foi efectuado de imediato (ou seja, até final de Dezembro de 2012) como ainda não foi sequer efectuado. Ora das duas uma: ou é o promotor que anda a brincar com a Câmara ou é a senhora presidente que anda a brincar connosco. Só que nós já não estamos a achar graça à brincadeira até porque a brincadeira já se transformou em gozação. E, se a senhora presidente, os restantes vereadores e os deputados municipais não se importam de ser tratados como palhaços, nós importamo-nos.

E apesar de o dinheiro perdido pela Câmara neste projecto ser considerável, há uma coisa que a Câmara já perdeu e que não há dinheiro nenhum que pague. Ou seja, perdeu a face. E neste momento é já a própria dignidade da instituição a que pertencemos que está em causa. A dignidade das instituições defende-se assumindo publicamente os erros e as responsabilidades que cabem a cada um e denunciando as situações até para prevenir que as mesmas se repitam noutros municípios. Era bom não esquecer que, sempre que um município embandeira em arco no conto do vigário, quem sofre as consequências com os prejuízos daí decorrentes são não só os munícipes desse município mas também todos os contribuintes portugueses. E só faltava mesmo que o mandato terminasse sem que este assunto ficasse definitivamente resolvido. Como acima se referiu, já não se trata de uma questão de dinheiro, trata-se apenas e tão-só de salvar a honra da instituição que representamos. Pelo exposto, deverá ser agendada para a próxima reunião a declaração da caducidade do alvará, caso o pagamento não seja efectuado até essa data. Deverá também nessa data a senhora presidente informar qual o advogado contratado pela autarquia que redigiu o protocolo ou que participou na sua redacção."



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 01 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o Relatório e Contas de 2012, da TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA. – 114466

Tomado conhecimento.



Nº 02 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Tribunal de Contas, com a refª DECOP/UAT.2/1184/2013, datado de 19 de março de 2013, a dar conta do teor do despacho proferido em sessão diária de visto de 14 de março de 2013, em relação ao processo de visto nº 104/2013.

Ata da reunião de 15 de abril de 2013

Q1
C

Tomado conhecimento e dar a saber ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes e à empresa Abrantaqua.



Nº 03 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta da ordem de trabalhos da Assembleia Geral da Valnor, S.A. – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, realizada no passado dia 26 de março de 2013.

Tomado conhecimento



Nº 04 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta de um ofício do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português, a informar que apresentou requerimento para a realização de audições, na Comissão de Economia e Obras Públicas, sobre o encerramento de Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal. Foi requerida a audição de: Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Conselho de Administração dos CTT; Organizações Representativas dos Trabalhadores da Empresa; Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações. - 115783

Tomado conhecimento.



Nº 05 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete um ofício da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), dando conta das Moções aprovadas na Reunião Ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada dia 27 de março de 2013, nomeadamente: Moção - Preservar a Autonomia local é rejeitar o novo regime financeiro das autarquias locais - aprovada por maioria; Moção - Portagens na A23 e na A13 - aprovada por unanimidade. - 115024

Tomado conhecimento.



Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor: - 116304

*"Está a Câmara Municipal a diligenciar protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo no qual se prevê que a Freguesia lance a empreitada de construção das instalações da Unidade de Saúde de Rossio ao Sul do Tejo, a localizar no edifício do Mercado Municipal.
A obra terá o valor estimado de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.*

Handwritten signatures and initials.

A Câmara Municipal transferirá os meios financeiros necessários e suficientes para o investimento, para além das eventuais participações externas que o mesmo venha a ter, e dos meios financeiros próprios da Freguesia a disponibilizar para o efeito.

Em conformidade propõe-se que:

A Câmara aprove a presente delegação de competências na Junta de Freguesia, ao abrigo do artigo 66º da Lei nº 169/99 de 18/9 na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11/1, para ser submetido a autorização da Assembleia Municipal”.

A Presidente da Câmara acrescentou que, para além da transferência dos meios financeiros necessários e suficientes para o investimento, ao Município de Abrantes caberá igualmente a execução do projeto de arquitetura e respetivas especialidades.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e submeter-se à Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências na Junta de Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo.



Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação da Divisão Financeira, referindo que na sequência da aprovação da candidatura designada por "Valorização dos produtos e recursos locais nos portos fluviais do Rio - Mercados Ribeirinhos", no âmbito do PROVERE, apresentou a TAGUS, pedido de apoio financeiro, no valor de 19.000,00€ (dezanove mil euros), para assegurar a contrapartida nacional do investimento, que será repartida por Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha, para aquisição de equipamento para a organização de eventos e a concretização de três ações promocionais temáticas: 1. Abrantes - Gastronomia; 2. Constância - Cultura e Ciência; 3. Vila Nova da Barquinha - Arte. - 116029

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 19.000,00€ (dezanove mil euros), à TAGUS, para aquisição de equipamento para a organização de eventos e a concretização de três ações promocionais temáticas referidas.



Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o Protocolo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Abrantes, e a Junta de Freguesia de São Vicente, tendo em vista a requalificação do Jardim de Infância da Chainça. - 116604

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a celebração de protocolo de delegação de competências, entre o Município de Abrantes, e a Junta de Freguesia de São Vicente, pelo valor de 72.000,00€ (setenta e dois mil euros), acrescido do IVA e remeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Handwritten signature and initials

Nº 09 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete informação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo acerca da sua situação financeira apresentada em sede da Assembleia Intermunicipal Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em 27 de março de 2013. - 114613

Tomado conhecimento.



Nº 10 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete ofício da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente ao Despacho do Ministério das Finanças que veda a realização de despesa e a assunção de novos compromissos sem autorização prévia do Ministro do Estado e das Finanças, esclarecendo que tal despacho se aplica apenas aos serviços do Governo e não aos Municípios. - 116498

Tomado conhecimento.



Nº 11 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete um ofício do Presidente da Câmara Municipal do Crato, remetendo um ao pedido de ajuda para defender o Poder Local e as Populações – Proposta de Lei 104XII. – 112678

Tomado conhecimento.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de pedido apresentado pelo Histórico Automóvel Club entre Tejo e Sado, que solicita uma visita guiada ao Centro Histórico e Castelo de Abrantes e a reserva de um espaço na Praça Barão da Batalha para estacionamento de cerca de vinte viaturas clássicas dos anos 50 e 80, bem como a oferta de algumas lembranças, no âmbito da realização da 3ª Expedição ao Ribatejo Norte, nos dias 22 e 23 de junho de 2013, passando por Abrantes no dia 22 de junho, entre as 16 e as 19 horas. - 114098

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio solicitado.



Nº 13 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, o pedido da Federação de Bombeiros do Distrito de Évora, para realização de uma venda de bilhete, na área de influência do nosso Corpo de Bombeiros, para um concurso de sorteio a realizar no dia 31 de agosto de 2013. - 115054

Deliberação: Por unanimidade, autorizar conforme solicitado.

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um pedido da empresa Victor Guedes, a solicitar a colaboração dos Bombeiros Municipais de Abrantes, na realização de um simulacro de incêndio, no dia 17 de abril de 2013, nas suas instalações. - 114887

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a colaboração dos Bombeiros Municipais de Abrantes na realização de um simulacro de incêndio, conforme solicitado pela empresa Victor Guedes.



Nº 15 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, o pedido do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, a solicitar apoio para a realização da campanha "Dar Mais Vida, Ajude a Equipar o IPO", na Praça Barão da Batalha, através de um mini stand de 2.5m x 2.5m, no período de 22 de abril a 05 de maio de 2013 e de 23 de setembro a 6 de outubro de 2013, tendo como objetivo a angariação de fundos para a aquisição de equipamento para o IPO através da venda de merchandising específico. – 116494

Deliberação: Por unanimidade, autorizar esta iniciativa com dispensa das respetivas taxas, bem como, disponibilização de informação sobre a mesma nos meios de comunicação do Município.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 9 de abril de 2013, que remete para aprovação, os pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento dos eventos referidos apresentados no mês de março de 2013, que ainda não foram objeto de deliberação.

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data de 03 de abril de 2013. - 114463

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 17 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, acerca de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 10 de abril de 2013, que remete para aprovação, o pedido da Natura – Associação de Ajuda Humanitária, para realização de uma campanha solidária de divulgação e angariação de fundos destinados à construção de um lar de acolhimento para idosos e crianças desfavorecidas, na cidade de Abrantes, no período de 08 a 12 de abril de 2013. - 113829

Deliberação: Por unanimidade, autorizar nos termos da referida informação.



Divisão Jurídica

Nº 18 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes, e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, criada a 07 de fevereiro de 2013, relativa à cedência de instalações e equipamentos a título de comodato, e aos encargos de funcionamento e investimento, ao abrigo dos artigos 13º nº 1 al. j) e 25º da Lei nº 159/99 de 14 de setembro, e da alínea a) do nº 4 do artigo 64º nº 4 da Lei nº 169/99 de 19 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro. – 116573

A Presidente da Câmara aproveitou para prestar alguns esclarecimentos sobre este processo, reforçando que a Câmara Municipal pretende transferir, em regime de comodato, as instalações e os meios, bem como uma verba necessária para o efeito. Esta verba (619.668,38€) foi estimada tendo por base o despendido em 2012 pela autarquia (conforme documento anexo à minuta de protocolo) e deverá ser transferida mensalmente, em duodécimos.

Prevê também o protocolo que a autarquia ceda os seus colaboradores, atualmente em funções nos bombeiros, que deem o consentimento por escrito, para prestar atividade na Associação Humanitária, em regime de cedência de interesse público, ou seja sem perda de regalias nem alteração no que diz respeito a vencimento.

Estarão assim reunidas as condições para que a Associação Humanitária possa dar continuidade ao procedimento.

Esclareceu que, ao contrário do que é dito pelo sindicato e pela associação de bombeiros, a associação está constituída, na medida em que só depende da vontade de um grupo de cidadãos.

Depois do parecer da Câmara Municipal, de um conjunto de procedimentos relativos à associação e da assinatura deste protocolo, a Associação Humanitária ficará em condições para pedir a homologação de um corpo de bombeiros misto à Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Disse também que esta situação está a ser acompanhada muito de perto pelo Secretário de Estado da tutela e também pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e esperamos que, em breve, esteja resolvido.

Parece, assim, criarem-se as melhores condições para a prestação de um serviço de socorro de qualidade. Prevê-se inclusivamente que perante esta situação, o corpo misto de bombeiros possa vir a aumentar o seu efetivo – o que não era até agora viável. Além disso, existem outras questões, principalmente financeiras, que são mais vantajosas para o corpo de bombeiros e para a prestação do serviço.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores Santana-Maia Leonardo e Belém Coelho, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Os vereadores Santana-Maia Leonardo e Belém Coelho apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Fomos agora confrontados com um comunicado da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais que não nos pode deixar de causar preocupação e estranheza, designadamente no que respeita aos seguintes pontos:

(I) Que a senhora presidente, depois de ter garantido, publicamente, que não iria extinguir a corporação de bombeiros municipais de Abrantes com 160 anos, acaba de informar os bombeiros municipais de que toda a estrutura física e humana desta corporação vai ser transferida para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, associação esta que ainda não teve qualquer homologação por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

(II) Que a senhora presidente de câmara colocou aos bombeiros dois cenários: ou eram cedidos por interesse público à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários (cuja existência, reforçamos, não é reconhecida pela ANPC) ou, em caso de recusa, entrariam na mobilidade interna para qualquer outro serviço do município, extinguindo o serviço público.

(III) Que a transferência de verbas para esta nova associação, que passará a tutelar os bombeiros municipais, ronda os 600 mil euros, o que, no entender, da Associação e do Sindicato será uma forma de a Câmara voltar a tentar contornar, de novo, o que foi determinado pela inspeção do IGAL.

(IV) Que o protocolo que a Câmara assinou com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância para legitimar a transferência de verbas (que em janeiro de 2013, chegaram aos 10 mil euros por mês) foi suspenso, em Fevereiro de 2013, e o processo encaminhado para clarificação para o Departamento de Administração e Finanças, tendo, posteriormente, sido cancelado, por "esconder" irregularidades.

(V) Que o comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância é um dos sócios fundadores da nova associação, juntamente com o presidente da Assembleia Municipal de Abrantes, o que não deixa de causar estranheza, sobretudo se o ponto anterior corresponder à verdade. Face à gravidade dos factos alegados no comunicado, gostaríamos, obviamente, de ser esclarecidos, designadamente, de cada um dos pontos acima referidos.



Face à gravidade dos factos alegados no comunicado, gostaríamos, obviamente, de ser esclarecidos, designadamente de cada um dos pontos acima referidos.

No entanto, tendo em conta, por um lado, a pouca e contraditória informação de que dispomos e, por outro, a nossa má experiência com a aprovação do anterior protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, que, afinal, não era tão transparente, nem inocente, como aparentava, os vereadores eleitos pelo PSD não podem deixar de se abster relativamente a este ponto."

A Presidente da Câmara esclareceu os vereadores relativamente aos pontos enumerados pelos vereadores Santana-Maia Leonardo e Belém Coelho apresentaram na sua declaração de voto. Esclareceu, concretamente, que sempre disse que não iria extinguir o corpo de bombeiros. E não vai fazê-lo. Não vão ser extintos os lugares do quadro de pessoal da autarquia e em qualquer altura, os colaboradores da autarquia cedidos podem querer regressar à autarquia e podem fazê-lo. Também os colaboradores que não pretendam ser cedidos continuarão na autarquia – ainda que sendo afetos a outros serviços.

Pode, referiu, a qualquer momento, este processo ser revertido e a autarquia poderá novamente ter um corpo de bombeiros municipal.

Disse também que a constituição da associação não teve homologação, nem tem que ser homologada. Há um erro da parte do sindicato quando refere essa necessidade. A associação tem que ser constituída nos moldes legais e só depende da vontade dos cidadãos envolvidos. Não há nenhum corpo de bombeiros nesta associação. Há, sim, uma intenção de criar um corpo de bombeiros e, esse sim, necessita ser homologado.

Esclareceu também que o protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Constância foi efetivamente suspenso, mas não por "esconder" irregularidades. Deu-se conta que não estava a ser feito tal qual tinha sido acordado, por isso suspendeu-se.

Sobre os sócios fundadores, confirmou que o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância e o Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes constam efetivamente da lista de sócios fundadores e aproveitou para elencar de cor mais alguns nomes.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo processo relativo ao recurso hierárquico interposto por Paula Paulino Rodrigues, na qualidade de procuradora de Carmina de Jesus Paulino Rodrigues, na sequência de pedido de rescisão, por denúncia do contrato de fornecimento de água, indeferido pelos Serviços Municipalizados de Abrantes. Sugere, com base em informação jurídica que consta do processo, que o referido recurso hierárquico seja decidido pelo órgão hierarquicamente superior (Câmara Municipal de Abrantes) do autor do ato (Serviços Municipalizados de Abrantes), conforme foi requerido e que a Câmara Municipal decida o mesmo em conformidade com o teor do parecer da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) ou seja, deferindo o pedido de rescisão por denúncia dos contratos de fornecimento de água e de serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, com fundamento em desocupação, nos termos do artigo 47º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água dos Serviços Municipalizados da CMA e 25º do Regulamento de águas Residuais do Concelho de Abrantes. – 97351

Q1

Est

Deliberação: Por unanimidade, deferir o pedido de rescisão por denúncia dos contratos de fornecimento de água e de serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, com fundamento em desocupação, nos termos do artigo 47º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água dos Serviços Municipalizados da CMA e 25º do Regulamento de águas Residuais do Concelho de Abrantes ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta do contrato promessa compra e venda do prédio urbano designado por lote 17, sito no Parque Industrial de Abrantes, freguesia de Alferrarede, com a área de 1500 m2, a celebrar entre o Município de Abrantes e Rui Francisco Reis, Unipessoal, Lda., pelo valor de 2.250,00€ (dois mil duzentos e cinquenta euros), devendo esta minuta servir de base para situações similares de alienação de lotes nos Parques Industriais de Abrantes e de Tramagal. - 109222

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a minuta de o apoio solicitado do contrato promessa compra e venda do prédio urbano designado por lote 17, sito no Parque Industrial de Abrantes, freguesia de Alferrarede, com a área de 1500 m2, a celebrar entre o Município de Abrantes e Rui Francisco Reis, Unipessoal, Lda., pelo valor de 2.250,00€ (dois mil duzentos e cinquenta euros), devendo esta minuta servir de base para situações similares de alienação de lotes nos Parques Industriais de Abrantes e de Tramagal.



Nº 21 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o contrato de Cedência de Exploração do Quiosque Situado no Largo 1º de Maio em Abrantes. - 102518

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido contrato de Cedência de Exploração do Quiosque Situado no Largo 1º de Maio em Abrantes.



Divisão Financeira

Nº 22 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 5 de abril de 2013, que aprovou a assunção de despesa plurianual, referente à aquisição de serviços para "Requalificação do Hipódromo dos Mourões – espaços verdes". - 105849

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

21
OK

Nº 23 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnicos, a solicitar parecer sobre o financiamento de médio e longo prazo dos vários Municípios associados. - 115807

Deliberação: Por unanimidade, a câmara municipal delibera não se opor a que a A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnicos possa contrair empréstimo de 200.000€ (duzentos mil euros).



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, remetendo para aprovação, proposta de anulação dos apoios atribuídos no âmbito do FINCULT 2012, por não entregarem o relatório de contas e atividades do segundo semestre, as seguintes entidades: - 65176

- Associação de Estudantes da ESTA – 48,75€;
- Associação Desportiva de Arreciadas – 48,75€;
- Casa do Povo de Arreciadas – 48,75€;
- Casa do Povo de Rio de Moinhos – 97,50€;
- Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto - 48,75€;
- CRIA – Centro de Recuperação Infantil de Abrantes - 48,75€;
- Grupo Etnográfico "Os Bolotas" - 93,75€;
- Grupo Folclórico e Etnográfico "Os Camponeses" - 93,75€;
- Sociedade Artística Tramagalense - 180,00€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a anulação dos apoios atribuídos no âmbito do FINCULT 2012, de acordo com a citada informação da Divisão Financeira.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 10 de abril de 2013, que remete, para aprovação, os documentos de Prestação de Contas – Exercício 2012, integralmente elaborados nos termos do POCAL e de resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001 – 2ª Secção, e que englobam: - 116411

Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras

- › Balanço
- › Demonstração de Resultados

Mapas de Execução Orçamental

- › Plano Plurianual de Investimentos
- › Plano de Atividades Municipal
- › Orçamento

- Controlo Orçamental da Despesa
- Mapa de Relação dos Encargos Assumidos durante a Gerência
- Controlo Orçamental da Receita
- Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos
- Execução Anual do Plano de Atividades Municipal
- Fluxos de Caixa
- Contas de Ordem
- Operações de Tesouraria

Anexos às Demonstrações Financeiras

- Caracterização da Entidade (Ponto 8.1 – POCAL)
- Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (Ponto 8.2 – POCAL)
- Processo orçamental e respetiva execução (Ponto 8.3 – POCAL)
 - Mapa de modificações ao Orçamento da Receita
 - Mapa de modificações ao Orçamento da Despesa
 - Mapa de modificações ao Plano Plurianual de Investimentos
 - Mapa de modificações ao Plano Atividades Municipal
 - Mapa da Contratação Administrativa
 - Mapa de Transferências Correntes - Despesa
 - Mapa de Transferências Capital - Despesa
 - Mapa de Transferências Correntes - Receita
 - Mapa de Transferências Capital - Receita
 - Ativos de Rendimento Variável
 - Endividamento
 - Mapa de Endividamento Bancário
 - Mapa de Outras Dívidas a Terceiros

Outros Documentos (Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas)

- Síntese das Reconciliações Bancárias - Anexo IV
- Mapas dos Fundos de Maneio – Anexo V
- Mapa das Participações Emolumentares e Custas de Execuções Fiscais – Anexo VI
- Relação dos Funcionários em Situação de Acumulação de Funções – Anexo VII
- Relação Nominal dos Responsáveis – Anexo VIII

Documentos de Suporte

- Balancetes da Contabilidade Financeira
- Resumo Diário de Tesouraria
- Termo do Balanço à Tesouraria
- Mapa Discriminativo das contas de imobilizado em curso
- Documentos e Mapas referentes ao imobilizado

Mais propõe que seja sujeita à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2012, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

01
C

Remete ainda, conforme estipulado no nº 1 do artº 46º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, Consolidação de Contas do grupo municipal, Município de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes, relativo ao Exercício 2012, que engloba:

1. Relatório de Gestão Consolidado;
2. Balanço Consolidado;
3. Demonstração de Resultados Consolidada;
4. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados.

A Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos e resumos relativamente à informação e documentação relativos à prestação de contas.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores Santana-Maia Leonardo e Belém Coelho, aprovar os documentos de Prestação de Contas e de Consolidação de Contas do grupo municipal Município de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes, relativos ao Exercício do ano 2012.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação.

Submeter igualmente à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2012, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

Os vereadores Santana-Maia Leonardo e Belém Coelho apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Em reunião autárquica realizada em Novembro de 2011, quando da apreciação das opções do plano (PPI, PA e orçamento) relativas a 2012, entenderam os vereadores eleitos pelo PSD conceder, através da sua abstenção, o benefício da dúvida ao executivo socialista, na medida em que reconheceram nessa proposta algum esforço de adequação a realidade vivida e também que parte muito significativa do investimento que era certo ser realizado, se referia ao sector da educação, nomeadamente, a construção dos novos centros escolares.

Não deixámos, no entanto, de considerar que, mesmo assim, o orçamento ainda se apresentava demasiado inflacionado em diversas rubricas, que tivemos a oportunidade de apontar, o que se iria traduzir, uma vez mais, na percentagem de execução do mesmo.

Analisemos agora o relatório de gestão que, de algum modo, comenta as contas verificadas em termos de realização do orçamento proposto.

Nalgumas justificações que o executivo entendeu incluir neste relatório, e notória ainda alguma dificuldade em perceber que são os documentos previsionais que tem de se adaptar a realidade e não a realidade a esses mesmos documentos.

Verifica-se, assim, tal como era previsível, dada a conjuntura económica que condicionar o ano de 2012, que, relativamente ao ano de 2011, se registou decréscimo em todas as grandes rubricas de receitas e despesas:

Receitas	%var	Despesas	%var
Receitas correntes	-6%	Despesas correntes	-4%
Receitas de capital	-10%	Despesas de capital	-29%
Receitas totais	-8%	Despesas totais	-15%

Ata da reunião de 15 de abril de 2013

[Handwritten signature]

Decréscimo esse sempre mais pronunciado, como habitualmente, nas capital, por oposição as despesas correntes, dado o grau elevado incompressibilidade das mesmas, derivado, em nossa opinião, do modelo desenvolvimento seguido desde há vários anos.

Reconhecemos, todavia, como pontos positivos, a redução significativa de dívidas a fornecedores a curto prazo (de 6,7 milhões de euros para 1,1 milhões), bem como a inexistência de pagamentos em atraso superiores a 90 dias.

E igualmente positivo o facto de se ter continuado o esforço de redução de despesa corrente, independentemente do mesmo ter sido feito por opção ou por pura obrigação.

De referir, no entanto, que existe despesa corrente boa e má, conforme existe igualmente despesa de capital boa e má.

Com efeito, se se investir numa estrutura que acarrete encargos de manutenção importantes e a mesma mostre rentabilidade (não apenas na dimensão económica mas em muitos casos na dimensão social, por via da utilidade e fruição da mesma por parte importante da população), teremos despesa boa; se não existir essa rentabilidade social (o que agrava e/ou exclui a económica), trata-se, sem dúvida, de má despesa.

Debrucemo-nos agora sobre a execução orçamental da receita:

Receitas	%exec.	Desvio em €
Receitas correntes	83%	- 3,6 milhões
Receitas de capital	46%	- 10,8 milhões
Receitas totais	65%	- 14,4 milhões

O desvio verificado nas receitas correntes e explicado, em larga medida, pela rubrica Rendimentos da propriedade, com realce para as sub-rubricas Bens do domínio público e outros.

Nestas rubricas, foi efetuada uma sobreavaliação das receitas com grau aceitável de arrecadação.

Por sua vez, quanto ao enorme desvio (mais uma vez) nas receitas de capita, o mesmo e explicado no relatório pela não abertura de candidaturas nos programas de fundos comunitários.

No entanto, para além dessa explicação, outras existem: (I) o facto de duas obras incluídas nesses programas, estarem paradas por dificuldades económicas das empresas a quem foram adjudicadas e não se ter conseguido encontrar quem as concluísse; (II) o habitual superinflacionamento na rubrica venda de bens de investimento que temos vindo a denunciar há alguns anos, sem que a mesma seja corrigida (sendo certo que, de 2011 para 2012, algo se fez em termos orçamentais, embora ainda muito longe da realidade, como os números o demostram).

E quanto a explicação apresentada de que a culpa e da crise que atravessamos, basta recordar as taxas de execução anteriores nesta rubrica, para constatar que as mesmas foram sempre pouco mais do que simbólicas.

Analisemos agora a execução orçamental da despesa:

Despesas	%exec.	Desvio em €
Despesas correntes	72%	- 6 milhões

Al
C

Despesas de capital	46%	- 10,9 milhões
Despesas totais	59%	- 16,9 milhões

Verifica-se, desde logo, que a taxa de execução das despesas corre em paralelo com a das receitas, verificando-se o maior desvio nas despesas de capital.

Com efeito, se não se arrecadaram as receitas de capital previstas, e impossível efectuar despesa de capital.

Registe-se que, como já mencionamos, a despesa corrente viu o seu valor baixar relativamente a 2011, cerca de 4%, embora, por via da diminuição forte verificada na execução das despesas de capital, o seu peso relativo tenha aumentado para 62%.

Ainda relativamente as despesas correntes, onde se incluem necessariamente as destinadas ao sector da educação, constata-se que estas representam 10% do seu valor global (1,5 milhões em 15 milhões), pelo que podem ajudar a explicar o seu valor, ainda que estejam longe de nele serem determinantes.

No que se refere a despesa efetuada na óptica dos planos, observa-se o seguinte:

Rubricas	%exec.	Desvio em €
PAM	61%	- 3,7 milhões
PPI	42%	- 10 milhões
Extra-plano	79%	3,2 milhões

Como resultado das taxas de execução diferenciadas entre receitas correntes e de capital, a taxa de execução mais baixa e a do PPI, sendo esta, alias, situação recorrente.

Quanto ao PPI, a parte de leão da sua execução deve-se a construção dos centros escolares, como registamos logo no início.

Continuamos a pensar que deveria ser efetuado um maior esforço de imputação das despesas extra plano no PAM e no PPI, pois ainda representam cerca de metade das despesas.

Pelas razões expostas, os vereadores eleitos pelo PSD abstêm-se na votação destes documentos de prestação de contas do exercício de 2012."

□□

Nº 26 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete uma Informação da Chefe da Divisão Financeira, referente ao Parecer e Certificado Legal das Contas do Município – Gerência de 2012, apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que também serão remetidos à Assembleia Municipal. – 116440

Tomado conhecimento.

□□

Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação a Divisão Financeira, remetendo para aprovação a atribuição de um apoio financeiro no valor de 5.825,00€ (cinco mil oitocentos e vinte e cinco euros) ao Centro Social Interparoquial de Abrantes para fazer face às despesas com a conclusão das obras, tendo em vista a

Ata da reunião de 15 de abril de 2013

01
05

transferência do Centro de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens em Risco (CAT) das antigas instalações em Rossio ao Sul do Tejo para as novas instalações em Alferrarede. - 112745

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor 5.825,00€ (cinco mil oitocentos e vinte e cinco euros) ao Centro Social Interparoquial de Abrantes, para a conclusão das obras para instalação do Centro de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens em Risco (CAT).



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 07 de março de 2013, que aprovou o parecer prévio vinculativo relativo ao procedimento pré-contratual para a aquisição de serviço para reparação de veículo tanque no sentido de este ficar técnica e operacionalmente de acordo com a Norma Europeia EN 1846 - 1, 2, 3. - 103366

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 5 de abril de 2013, remetendo para aprovação, a escolha entre as seguintes duas opções, relativamente à abertura de procedimentos concursais de Dirigentes: - 115791

1- Constituição de um júri, que poderia ser presidido pela Sra. Presidente da Câmara, um dirigente do Município e um elemento externo indicado pelo IPT. Esta seria a metodologia prevista na Lei 2/2004 e que não contradiz o previsto no referido artigo 13º da Lei 49/2012 de 29/08.

2- Entrega a uma Entidade externa da condução do processo, em articulação com o presidente do júri, que seria a Sra. Presidente da Câmara.

Sendo escolhida a primeira opção, proponho a seguinte constituição de júri:

Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Presidente: Maria do Ceu Albuquerque, Presidente da Câmara

Vogal: Helder Francisco Fragoso Rodrigues, Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Vogal: Docente indicado pelo IPT

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Presidente: Maria do Ceu Albuquerque, Presidente da Câmara

Q1
Ct

Vogal: José Conceição Bento Pedro, Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Vogal: Docente indicado pelo IPT

Unidade Orgânica de 3º Grau de Projetos e Empreitadas

Presidente: Maria do Ceu Albuquerque, Presidente da Câmara

Vogal: José Conceição Bento Pedro, Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Vogal: Docente indicado pelo IPT

Mais informa que se a opção for pela segunda hipótese, os orçamentos do INA e do Cefa, serão nos montantes de 3.200,00 € e 2.750,00 €, respetivamente, para uma estimativa de 10 candidatos.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a constituição de um júri, a ser presidido pela Presidente da Câmara, e a ser constituído por um dirigente do Município e um elemento externo indicado pelo IPT, conforme metodologia prevista na Lei nº 2/2004 e que não contradiz o previsto no referido artigo 13º da Lei 49/2012 de 29/08, por ser a opção financeiramente mais vantajosa para a autarquia, face aos custos que outro procedimento obrigaria.

Nestes termos, deve o júri ser constituído júri pelos seguintes elementos:

Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Presidente: Maria do Ceu Albuquerque, Presidente da Câmara

Vogal: Helder Francisco Fragoso Rodrigues, Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Vogal: Docente indicado pelo IPT

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Presidente: Maria do Ceu Albuquerque, Presidente da Câmara

Vogal: José Conceição Bento Pedro, Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Vogal: Docente indicado pelo IPT

Unidade Orgânica de 3º Grau de Projetos e Empreitadas

Presidente: Maria do Ceu Albuquerque, Presidente da Câmara

Vogal: José Conceição Bento Pedro, Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Vogal: Docente indicado pelo IPT

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Os vereadores Santana Maia Leonardo e Belém Coelho referiram que, apesar de considerarem que o ideal seria a própria lei determinar a entrega a uma entidade externa da condução do processo de todos os concursos públicos, consideram não estarem reunidas as condições para

Q1
CJ

que a Câmara de Abrantes possa optar, neste caso, por essa solução tendo em conta os elevados custos que tal solução importaria.



Nº 30 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do Protocolo de Cooperação, a celebrar entre o Instituto Politécnico de Tomar e o Município de Abrantes, para a realização de estágios do Curso de Especialização Tecnológica – Produção de Conteúdos para a Comunicação. – 114749

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 37 da Divisão de Cultura Turismo, datada de 2 de abril de 2013, acerca do pedido da Associação de Desenvolvimento Cultural “Palha de Abrantes”, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro S. Pedro em Abrantes, para a realização de ciclos de cinema sénior durante o ano de 2013, destinados aos utentes de Centros de Dia e Lares do concelho de Abrantes, UTIA-3ª idade e público em geral. - 104635

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 1.420,76€ (mil quatrocentos e vinte euros e setenta e seis cêntimos), para a realização da referida atividade, nos termos da citada informação nº 37 da Divisão de Cultura Turismo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 32 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 5 de abril de 2013, que aprovou o pedido do Grupo de Teatro Palha de Abrantes, para alteração da cedência gratuita do auditório do cine teatro S. Pedro em Abrantes, para os dias 1 e 2 de junho de 2013, com vista à realização do espetáculo “10”, comemorativo do 10º aniversário do Espaço Idança – Escola de Dança Contemporânea de Abrantes, integrado naquela associação. – 114121

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 41, da Divisão de Cultura Turismo, datada de 10 de abril de 2013, acerca do pedido do Centro Social de Alferrarede, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro S. Pedro em Abrantes, para a realização da Festa de Final de Ano do Pré-Escolar, no dia 29 de junho de 2013. - 115421

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), para a realização da referida atividade, nos termos da citada informação nº 41 da Divisão de Cultura Turismo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, acerca do pedido da ESTATUNA- Tuna Mista da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita da antiga rodoviária para realização de arraial, de um palco de 6x6 metros e de 15 grades de anti-motim, para os dias 26 e 27 de abril de 2013, com vista à realização do XIV Festa – Festival de Tunas Mistas. - 114384

Deliberação: Por unanimidade, autorizar as cedências, conforme solicitado.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 40 da Divisão de Cultura Turismo, datada de 10 de abril de 2013, acerca do pedido do Grupo de Teatro Palha de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro S. Pedro em Abrantes, para a realização de ensaios e montagem de cenários da peça "Arlequim nas ruínas de Lisboa" integradas na VII Mostra de Teatro de Abrantes, de 28 de abril a 03 de maio de 2013 - 115078

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 774,96€ (setecentos e setenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos), para a realização da referida atividade, nos termos da citada informação nº 40 da Divisão de Cultura Turismo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Bibliotecas e Arquivos

Nº 36 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, referente a uma informação da Divisão de Bibliotecas e Arquivos, datada de 19 de fevereiro de 2013, que

Q1
Q5

remete para aprovação, as alterações ao Regulamento da Biblioteca Municipal António Botto, que se prendem com a necessidade de: - 109249

- Clarificar a redação de alguns articulados, adaptando-os ao novo acordo ortográfico, bem como diminuindo as dificuldades de interpretação, mas sem alterações de substância;
- Adequação dos serviços oferecidos a um ambiente tecnológico em constante evolução.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as alterações ao Regulamento da Biblioteca Municipal António Botto, nos termos da referida informação da Divisão de Bibliotecas e Arquivos.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 37 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação as normas da Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA) – 116172.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as normas da Biblioteca Itinerante de Abrantes (BIA).



Nº 38 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão de Recursos Humanos, que remete para aprovação, a alteração do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal António Botto, para o seguinte: -111893

Horário de Inverno

- Segunda-feira das 14h:00 às 20h:00;
- Terça-feira a sexta-feira das 09h:00 às 20h:00;
- Sábado das 09h:30 às 13h:00.

Horário de Verão

- Segunda-feira a sexta-feira das 10h:00 às 12h:30 e das 14h:30m às 19h:00.

Mais informa que o STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local se pronunciou favoravelmente à alteração proposta.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração de horário de funcionamento da Biblioteca Municipal António Botto, de acordo com a citada informação da Divisão de Recursos Humanos.

À Divisão de Recursos Humanos para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 39 – Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente à informação 14 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 8 de março de 2013, a

Ata da reunião de 15 de abril de 2013

A
C

informar que o custo estimado para a limpeza da área junto à sede do Grupo dos Amigos Motards de Abrantes, é no valor de 130,00€ (cento e trinta euros), ao qual acresce custos administrativos e Iva à taxa legal em vigor. - 111592

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a realização dos referidos trabalhos, no valor de 130,00€ (cento e trinta euros), de acordo com a referida informação nº 14 da Divisão de Manutenção e Transportes.



Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 40 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 3 de abril de 2013, que aprovou os esclarecimentos prestados pelo júri do procedimento do concurso público EMP-04/2013, referente à empreitada de "Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós", na sequência do pedido apresentado pelas empresas Construções J.J.R. & Filhos, S.A. e Diamantino Jorge & Filho, Lda.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 41 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 58 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de abril de 2013, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação do Pavimento Betuminoso do Parque de Estacionamento Envolvente ao Hotel de Turismo de Abrantes", adjudicada à sociedade Mendes & Gonçalves, com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 09.01.2009, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, e tendo em conta que já foi liberada 75% relativa a 3 anos, conforme deliberação da Câmara Municipal de Abrantes de 22 de outubro de 2012, poderá ser liberada agora mais 15% dos valores retidos para o efeito, no montante de 182,55€.

Após esta restituição, o valor do depósito passará a ser de 121,70€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 58 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Pl
Ct

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 42 - Para conhecimento, o vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, apresentou resposta ao pedido de esclarecimentos apresentado pelo vereador do PSD, Santana-Maia Leonardo, na reunião de 18 de março de 2013, relativamente ao licenciamento de obras em Arreciadas, referindo o seguinte: - 112990

- 1 - A demolição, quer do muro referido, quer das edificações existentes na envolvente, será precedida do indispensável procedimento de empreitada;
2. A formulação desse procedimento e, em concreto, o corpo dos elementos indispensáveis à sua formatação foi previamente equacionada juridicamente, à luz das regras do CCP (Código dos Contratos Públicos), face à precaridade das edificações a demolir;
3. Estabelecidas as orientações a que se deverá subordinar esse procedimento, aguarda a Divisão de Projetos e Empreitadas a oportunidade e a prioridade para a devida prossecução.

Tomado conhecimento.



Nº 43 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 8 de abril de 2013, acerca do pedido do Centro Social Interparoquial de Abrantes, a solicitar a cedência de espaço para a realização de infraestrutura viária que proceda à ligação entre o espaço no qual se encontra em construção Lar para Idosos "Domus Pacis" e a Urbanização da Encosta da Barata. - 102241

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido do Centro Social Interparoquial de Abrantes quanto à proposta de infraestrutura viária apresentada para ligação entre a Encosta da Barata e o Lar Domus Pacis (em construção), nos termos e com os fundamentos da referida informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, designadamente, manter a área no domínio público municipal e a manutenção dos espaços verdes a cargo da Divisão de Serviços Urbanos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 44 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 012/2013RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de janeiro de 2013, acerca do pedido de comunicação prévia de alteração e construção de moradia unifamiliar e muros de vedação - licença especial para obras inacabadas, sita na Travessa do Monte Novo, em Fontes, Abrantes, requerido pro Idalina Maria Alves Pedro Mendes. - 107/2008

Cl
cto

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido apresentado, e reconhecer o interesse na conclusão da obra, não sendo aconselhável a sua demolição por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas, nos termos do nº 3 do artigo 88º do RJUE, consequentemente, deferir a licença especial para conclusão da obra, conforme igualmente previsto no referido artigo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 45 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 88/2013-CM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de fevereiro de 2013, acerca do auto de vistoria às obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 13/93, 5ª fase, aditamento ao alvará de 07/09/1999, processo nº 1172/99, em nome de Condoal - Sociedade de Construções de Abrantes, Lda., sito em Chainça, freguesia de S. Vicente, Abrantes, para efeito de receção provisória e redução de caução. - 1172/99

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a receção provisória das obras de urbanização da 5ª fase da urbanização do Condoal, nos termos da referida informação nº 88/2013-CM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Proceder à redução do valor da caução prestada por garantia bancária em 90% do montante inicial da caução, de acordo com o disposto no nº 4 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 448/91, de 29 de novembro, na redação do Decreto-Lei nº 334/95, de 28 de Dezembro, alterado pela Lei nº 26/96.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 46 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 47 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 14 de março de 2013, que aprovou a retificação de um erro detetado na redação do Regulamento do Estacionamento de Veículos no Centro Histórico da Cidade de Abrantes, aprovado pelo Executivo Camarário na sua reunião de 18.02.2013, designadamente, o texto do nº 1 do Artigo 26º do Regulamento. Assim, **onde se lê** "...título de residente...", **deverá ler-se** "...título de comerciante ou prestador de serviços...". - 108466

el

et

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 48 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 21 de março que aprovou a retificação ao número de candidatura de uma das desistências ao procedimento de adjudicação das parcelas hortas comunitárias – Arca d'Água, já presente à reunião de Câmara de 18 de março de 2013, por ter sido detetada uma incorreção no que se refere ao número da candidatura de uma das desistências, conforme informação Divisão de Serviços Urbanos, de 20 de março de 2013. Assim, no parágrafo 7 da ordenação onde consta "...58..." passou a constar "...56...", ficando, desta forma, em concordância com a lista de candidatos. - 84248

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara.

SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 49 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara remetendo, para aprovação, Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2012, dos Serviços Municipalizados de Abrantes, incluindo Proposta de Aplicação de Resultados e outros documentos exigidos pelo Tribunal de Contas. - 116400

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar os referidos documentos dos Serviços Municipalizados e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.



Nº 50 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a 1ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2013, dos Serviços Municipalizados de Abrantes. - 116363

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a referida revisão e submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezassete horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Henrique

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Célia Alexandra Justino Sá

Município de Abrantes

Data: 12/04/2013

11

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 15.04.2013

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG17795/2012	31.10.2012	161896510 / 81523	José da Conceição Guilherme / Rua 1ª Maio, nº 41. B - Amadora	Legalização de edificação / Rua da Albufeira - Cabeça Gorda - Aldeia do Mato	Despacho	01.04.2013	Deferida licença, condicionando-se expressamente a emissão do alvará, nos moldes sugeridos pela Srª Chefe da DOGU.
PG314/2012	05.01.2012	222885521 / CM1748	Artur Jorge Nunes Oliveira / Rua António Prates Ribeiro n.º 7 - Montargil	Construção de moradia unifamiliar / Rua Basílio António Certã-Lote 45-Casais de Revelhos - Alferrarede	Despacho	01.04.2013	Admitida comunicação prévia
PG24663/2011	16.12.2011	100912150 / CM1773	Maria José Manito de Almeida Agostinho Gonçalves / Portas do Mar, lote 02.03.05.2ª B - Lisboa	Legalização de arrecadação / Rua da Mestre, n.º 113 - Tramagal	Despacho	01.04.2013	Deferida licença
PG17747/2012	30.10.2012	103146733 / 16884	Vitor Manuel Baeta Falcão / Rua de São Bartolomeu, n.º 30 - Chaiça - S. Vicente	Construção de arrecadações agrícolas / Travessa de São Lourenço - S. Vicente	Despacho	01.04.2013	Deferida licença, nos termos e com os condicionamentos propostos pela DOGU
PG19564/2012	03.12.2012	215666607 / CM561	Alice do Rosário Valente / Quinta das Laranjeiras - Entre Serras - Mouriscas	Quinta das Laranjeiras - Bom Sucesso	Despacho	04.04.2013	Aprovado projeto de arquitetura
PG15905/2012	26.09.2012	103428925 / CM7588	Emília dos Santos Batista Ferreira / Rua General Norton de Matos bloco 1 -1ª A - S. João da Talha	Legalização de habitação / Rua Principal - Senteiras - São Vicente	Despacho	04.04.2013	Aprovado projeto de arquitetura
PG4137/2013	11.03.2013	103146733 / 16884	Vitor Manuel Baeta Falcão / Rua de São Bartolomeu, n.º 30 - Chaiça - S. Vicente	Alteração de telhado de habitação / Travessa de São Lourenço - Chaiça - S. Vicente	Despacho	04.04.2013	Deferida licença
PG4134/2013	11.03.2013	102940924 / CM8150	Fernando Mendes Moreira / Rua do Cabeço, 238 - Tramagal	Legalização de cobertura de anexo/garagem / Rua do Caldeirão nº 147 - Arminho da Velha - Tramagal	Despacho	08.04.2013	Deferida licença consubstanciando a aprovação do projeto.
PG13709/2011	08.08.2011	122161653 / 4749	José Manuel Anastácio Morozado / Rua Mira Zêzere, n.º 10 - Carvalhal	Construção de Anexo Agrícolas / Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 331 - Carvalhal	Despacho	08.04.2013	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 15.04.2013

Processo	Número	Data	Requerente, Residência		Nome / Morada	Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
			NIF / Cliente Municipal				Tipo	Data	Teor
PG4182/2013	12.03.2012		154145009 / CM6019		Ernesto Santos Soares Ganhão / Rua da Milheirica, n.º 56 - Souto	Alteração/legalização em edifícios de habitação e anexo / Rua da Milheirica, nº 56 - Souto	Despacho	08.04.2013	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica.
PG23814/2011	30.11.2011		707077885 / CM1716		Heranca de Isidro Pereira Fontinha / Travessa da Lameira - Pego	Alteração / Legalização de Fachada - Travessa da Lameira - Pego	Despacho	10.04.2013	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos pela DOGU
PG1945/2011	01.03.2011		501987649 / 507		ISATEL-Sociedade de Construção, Lda / Av. D. João I, 414 - Abrantes	Alteração de Comércio / Quinta Nova - São Vicente	Despacho	10.04.2013	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU
PG15817/2012	25.09.2012		209042290 / 15819		Bruno Miguel Cadete Marques / Lugar do Casalão - Mouriscas	Alteração de habitação unifamiliar e garagem / Casal do Pita - Mouriscas	Despacho	10.04.2013	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU
PG17759/2012	30.10.2012		121161897 / CM955		António Joaquim Dias / Rua Principal, Lote 44 - Barrada - São Facundo	Legalização/Alteração de Anexos e Construção de telheiros / Rua Principal, Lote 44 - Barrada - S. Facundo	Despacho	10.04.2013	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU
PG15600/2012	19.09.2012		152040781 / 12453		Manuela Etelvina Guarda Gomes Pereira / Rua Principal, 1398 - São Miguel do Rio Torto	Legalização e alteração em moradia e legalização de muros de vedação / Rua Principal - Bicas - São Miguel do Rio Torto	Despacho	10.04.2013	Deferida licença, nos termos sugeridos pela DOGU
PG4943/2013	22.03.2013		192367161 / 4899		Bruno Miguel Ramos Nobre / Rua Dr. Eduardo n.º 172 - Tramagal	Alteração ao uso para comércio e serviços / Rua Dr António Ferreira Bairão n.º 100 - Tramagal	Despacho	11.04.2013	Deferido pedido de (alteração de) autorização de utilização, nos termos propostos pela DOGU.
PG7945/2011	23.05.2011		503381675 / 2988		Centro Agrícola de Tramagal-S. A. G., Lda. / Estrada Nacional 118, n.º 1331 - Tramagal	Ampliação de Armazém / Estrada Nacional nº 118, nº 1331 - Tramagal	Despacho	11.04.2013	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos pela DOGU.

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 12/04/2013

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/04/15

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				
04.06	07000058	2007/01/30	LICOB	07000306	2007/01/30	0501201645 AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	construção bloco de apartamentos Urbanização Quinta dos Pinheiros, lote 8	13000135	DES 2013/04/09
								T E O R	
04.06	07000756	2007/10/12	AUTOBEDI	07003139	2007/10/12	0501201645 MARGARIDO & DIAS, LDA AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	2013.04.09:Concordo.Admitida comunicação previa.	13000130	DES 2013/04/09
								T E O R	
06.01	09000504	2009/10/19	RJE	09002385	2009/12/22	0509060552 HABIMILICA, LDA ESTRADA NACIONAL 244-3 ENTRE RIBEIRAS - CASALS DE REVELHOS	05.04.2013:Admitida a comunicação previa.	13000132	DES 2013/04/09
								T E O R	
06.03	10000298	2010/07/21	LICOB	10001270	2010/07/21	0205459579 CLAUDIO FRANCISCO GIL RODRIGUES MOURISCO AV. DAS FORÇAS ARMADAS, LOTE 2- 1.º DT.º ABRANTES	05.04.2013:aprovado projecto de alteração e Deferidas as especialidades.	13000131	DES 2013/04/09
								T E O R	
							05.02.2013:deferido.		

*** processado por computador ***
*** sistemas infoKuje ***